

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.102 - MS (2019/0168324-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **MARCOS ROBERTO ESTEVO DA CONCEIÇÃO (PRESO)**
ADVOGADO : **MANOEL ANTONIO QUELHO - MS019547**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MARCOS ROBERTO ESTEVO DA CONCEIÇÃO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul no julgamento do HC n. 1405265-27.2019.8.12.0000.

Compulsando os autos, verifica-se que o recorrente foi condenado a cumprir pena de 2 meses e 15 dias de detenção, em regime semiaberto, por ter praticado o crime de ameaça (art. 147 do Código Penal) e determinada a execução da pena, cumprida em 03/05/2019.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem sustentando flagrante constrangimento ilegal ao paciente diante da não intimação pessoal da sentença condenatória e requerendo a suspensão da execução da condenação. A ordem não foi conhecida em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - AMEAÇA - NULIDADE DF. INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA - WRIT SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL - ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. O remédio heróico consiste em meio idôneo para extirpar ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade do indivíduo, razão pela qual lhe é peculiar a natureza célere e cognição sumária. Desta forma, atento à eficiência da prestação jurisdicional que vem sendo sensivelmente prejudicada pelo elevado número de habeas corpus impetrados em sucedâneo de outros recursos legalmente previstos, não conheço do presente mandamus constitucional impetrado em substituição a Revisão Criminal.

No presente recurso, o recorrente sustenta que a nulidade processual pode ser arguida em qualquer momento processual, nos termos do artigo 546, III, "e", do CPP.

Afirma que a revisão criminal demandaria tempo demasiado para julgamento e perderia o objeto, visto que a reprimenda imposta ao paciente foi a de 2 meses e 15 dias.

Aponta a obrigatoriedade da dupla intimação da sentença condenatória, em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa.

Aduz que o causídico apresentou defesa genérica, sendo que sequer juntou instrumento procuratório, podendo ser considerada ausência de defesa.

Alega, quanto ao mandato de intimação da sentença condenatória, juntado aos autos às fls. 135, ser importante mencionar que o oficial certificou que a residência estava fechada e que não houve nova diligência em razão das férias do servidor.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, seja modificado o r. acórdão atacado, para determinar a anulação dos atos posteriores a sentença singular, modificando o *decisum* prolatado no *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

Esse entendimento foi observado, em parte, pelo Tribunal *a quo*, que, embora tenha deixado de conhecer do *writ* originário por inadequação da via eleita, não analisou a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

Confira-se, a propósito, o seguinte trecho do acórdão:

Em análise aos autos da ação penal, verifica-se que foram observadas as regras para a intimação do paciente. Ademais a nulidade deve ser demonstrada de plano pelo impetrante, que deverá se valer do meio correto para análise mais aprofundado das provas, que neste caso é a revisão criminal, uma vez que escapa à via estreita do "writ".

Assim, atento à eficiência da prestação jurisdicional, que vem sendo sensivelmente prejudicada pelo elevado número de habeas corpus impetrados em sucedâneo de outros recursos legalmente previstos e, também, em razão da segurança jurídica, acompanho o entendimento esposado pelas Cortes Superiores, deixando de admitir o mandamus constitucional em substituição a outros recursos.(fl. 246)

A apreciação do objeto deste *mandamus*, portanto, acarretaria indevida supressão de instância.

Dessa forma, não conheço do *recurso ordinário em habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para determinar que o Tribunal de origem proceda ao exame do *writ* lá deduzido, verificando a eventual existência de flagrante ilegalidade que autorize a concessão de *habeas corpus* de ofício.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

